

HABEAS CORPUS Nº 494.287 - SP (2019/0048219-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SORAIA ANKA - SP330626
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXSANDER MORAIS CECILIO DE OLIVEIRA
(PRESO)
PACIENTE : EWERTHON FLORENCI DA SILVA VIEIRA (PRESO)

DECISÃO

Os pacientes alegam sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local na Apelação n. 0001372-86.2017.8.26.0616.

De acordo com a exordial, os réus foram condenados a **6 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão, em regime inicial fechado**, mais multa, por incursão no art. 157, § 2º, I e II, por três vezes, na forma do art. 70 do CP. Para a Defensoria Pública, o Tribunal manteve "o reconhecimento da existência de circunstâncias judicial desfavorável" inexistente (fl. 4), pois, embora "o roubo tenha durado cerca de dez minutos, tal fato, por si só, não configura circunstância judicial desfavorável" (fl. 5).

Requer o afastamento da vetorial negativa e a fixação do regime inicial semiaberto. Tendo em vista o "tempo que ambos se encontram presos, [pede] que seja determinada a continuidade do cumprimento da pena em regime aberto" (fl. 8).

A medida de urgência formulada – revisão da dosimetria da pena – confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, motivo pelo qual deverá ser analisada em momento oportuno pelo órgão colegiado, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores dos pedidos.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Devidamente instruídos os autos, encaminhem-se os autos ao

Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

